



MOVIMENTO SIONISTA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

Tiago Da Costa Nogueira¹
Mirian Santos Ribeiro De Oliveira²
Roberto Kennedy Gomes Franco³

RESUMO

Esse trabalho é fruto de minha dissertação que analisa o movimento sionista e o processo de formação do Estado de Israel, entre 1917 e 1948, considerando as dimensões políticas, sociais e ideológicas que moldaram esse percurso. A pesquisa parte da Declaração de Balfour e do contexto do Mandato Britânico da Palestina, discutindo como as lideranças sionistas articularam projetos de Estado em diálogo e conflito com as potências coloniais. A investigação utiliza como fontes documentos oficiais, discursos políticos, dados demográficos e textos de intelectuais sionistas buscando compreender tanto os objetivos estratégicos do movimento quanto às resistências que enfrentou. A análise enfatiza a relação entre nacionalismo, colonialismo e identidade, situando o caso de Israel em perspectiva transnacional. Conclui-se que a criação de Israel foi resultado de múltiplas disputas e negociações: de um projeto político que combinou idealismo com práticas de exclusão e conflito. A Declaração de Balfour e o Mandato Britânico na Palestina foram catalisadores, mas a pesquisa mostra que o sionismo já era um movimento robusto. Sua articulação política, combinando idealismo e pragmatismo, permitiu a construção de instituições e a mobilização de apoio internacional, em um processo que teve impacto profundo e duradouro na região, moldando o cenário geopolítico do Oriente Médio.

Palavras-chave: Sionismo; Judeus; Israel; Palestina.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará, Discente, tiagoborgestb100@gmail.com¹
Unila, ILAACH, Docente, mirian.oliveira@unila.edu.br²
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará, Docente, robertokennedy@unilab.edu.br³



INTRODUÇÃO

A questão Israel-Palestina é um dos temas mais sensíveis e persistentes da história contemporânea, marcada por disputas políticas, identitárias e territoriais. A presente pesquisa tem como objetivo analisar como o movimento sionista idealizou e articulou projetos de Estado entre 1917, ano da Declaração de Balfour, e 1948, com a proclamação da independência de Israel. O sionismo em linhas gerais, foi o movimento que tinha por objetivo o estabelecimento de um Estado Judeu soberano em um território administrado pelos próprios judeus. De acordo com Bartel (2006, p. 18), Herzl, o pai do sionismo moderno, afirmava que “a questão judaica não era nem social, nem política e sim nacional”, pois “o antissemitismo só seria resolvido através da criação de um Estado Nacional Judaico”. Dessa forma, o sionismo enquanto movimento político nacionalista nasceu dentro de um contexto de um profundo antissemitismo europeu que no século XIX, diante das profundas transformações políticas e sociais impulsionadas pelo surgimento do nacionalismo europeu tiveram impactos significativos sobre grupos minoritários, entre os quais se destacam os judeus. A relação entre judeus e nacionalismo revela uma tensão: embora tenham sido formalmente assimilados em algumas nações europeias, essa assimilação mostrou-se insuficiente para dissolver os preconceitos culturais persistentes.

Conforme aponta Arendt (2017), embora os judeus tenham sido formalmente assimilados em várias sociedades europeias, a inclusão ocorreu de maneira precária e limitada, marcada por um antissemitismo velado que impedia a plena emancipação política. Essa condição revela a contradição inerente ao nacionalismo moderno: ao construir identidades nacionais homogêneas, excluía aqueles que não se enquadram em sua definição cultural e étnica. Para Arendt (2017, p. 75), essa dinâmica está enraizada na própria existência do nacionalismo, que rejeita o universalismo em prol de uma identidade única, colocando os judeus no paradoxo de cidadania legal versus exclusão social constante.

Essa análise é corroborada por Hobsbawm (1990), que caracteriza o nacionalismo do século XIX não como manifestação natural de identidade, mas como uma construção social e imaginativa para a consolidação dos Estados-nação.

Nesse contexto, a ausência de uma identidade única dos judeus com essas nações tornava sua inclusão na narrativa nacional complexa, pois a lógica nacionalista os mantinha como minoria distinta, vista como estrangeira dentro dos territórios onde viviam (Hobsbawm, 1990, p. 124). Diante dessas tensões o sionismo constrói através de seus primeiros líderes principalmente Theodor Herzl projetos de Estados judeus como uma forma de emancipação política dos judeus.

em 1896, o jornalista austríaco Theodor Herzl lança o livro o “Estado Judeu” nessa obra Herzl, apresenta os objetivos para a criação de um Estado habitado exclusivamente por judeus, que segundo ele, seria a única forma de os judeus se protegerem do antissemitismo que se construía de forma bastante significativa naquele período na Europa. Após o lançamento da obra Theodor Herzl cria alguns congressos sionistas para que simpatizantes dessa ideia pensassem em possíveis lugares possíveis para um Estado Judeu existia grupos que pensavam em lugares como Argentina, Marrocos, Uganda como lugares possíveis por uma terra judaica. Depois de várias discussões nos congressos foi decidido que a Palestina seria o melhor lugar para um lar nacional judaico. Gilbert (2002) dessa forma o sionismo enquanto movimento nacionalista, não se constituiu como projeto homogêneo, mas como um conjunto de propostas plurais que refletiam divergências políticas, ideológicas e religiosas entre seus líderes e apoiadores. Pinsky (2024) Nesse sentido, torna-se fundamental compreender tanto as conexões internacionais que possibilitaram o avanço do movimento quanto às resistências palestinas e judaicas que se colocaram contra ele. Ao investigar esse processo, a pesquisa busca contribuir para os estudos de história contemporânea e do tempo presente, evidenciando como narrativas



sobre o sionismo e a criação de Israel continuam a influenciar disputas políticas e historiográficas atuais. O objetivo dessa pesquisa é pensar como o movimento sionista idealizou a construção de um Estado judeu. Diante desta investigação percebe-se que o sionismo não foi um movimento homogêneo com apenas um projeto de Estado, mas sim projetos de Estados no plural. Assim, o sionismo pode ser analisado sob a perspectiva de projetos sionistas.

METODOLOGIA

A Metodologia adotada articula análise documental e historiográfica. As fontes principais dividem-se em três grupos:

1. Produção intelectual sionista, como O Estado Judeu de Theodor Herzl e outros textos que delinearam projetos de Estado.
2. Documentação oficial do Mandato Britânico da Palestina (1917-1948), que funcionou como instrumento político e jurídico para legitimar a imigração judaica e organizar a administração do território.
3. Censos populacionais da Palestina (1922 e 1931), além de discursos na Câmara dos Comuns britânica e declarações da Comissão Árabe, que revelam as disputas demográficas e políticas do período.

A pesquisa também dialoga com bibliografia especializada, como Pappe (2016), Said (2012), Hobsbawm (2015) e Clemesha (2025), além de estudos sobre resistências palestinas e debates historiográficos em Israel. O método consistiu em análise comparativa das fontes e revisão crítica da literatura, buscando evidenciar contradições entre narrativas nacionalistas e perspectivas críticas

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise revelou que o sionismo não deve ser compreendido como movimento uniforme, mas como um conjunto de projetos plurais. Desde Pinsker e Herzl, no final do século XIX, a busca por um Estado judeu foi marcada por divergências entre correntes socialistas, revisionistas e religiosas. Os debates nos Congressos Sionistas evidenciam que alternativas territoriais (como Argentina e Uganda) chegaram a ser cogitadas antes da definição da Palestina como lar nacional judaico.

Durante o Mandato Britânico, a Declaração de Balfour (1917) e os artigos do documento do Mandato de 1922 foram decisivos para institucionalizar a imigração judaica. O governo britânico atuou como mediador, mas também como ator ambíguo:

de um lado, garantia direitos à população judaica; de outro, precisava responder às demandas da população árabe palestina. Essa contradição gerou um ambiente de tensões políticas constantes. Os censos populacionais de 1922 e 1931 registraram o crescimento acelerado da população judaica, mas também mostraram resistências ao processo, inclusive boicotes de parte da população árabe.

As resistências palestinas se manifestaram em múltiplas formas. Houve revoltas populares, como a de 1929 e a Grande Revolta Árabe de 1936-1939, além de protestos diplomáticos conduzidos por líderes locais. Essas mobilizações evidenciam que a Palestina não era uma “terra sem povo”, mas um território com comunidades que rejeitavam as políticas migratórias e coloniais. Além disso, parte da própria comunidade judaica posicionou-se contra o sionismo: setores ortodoxos rejeitavam a ideia de um retorno político antes da vinda do messias, enquanto socialistas do Bund defendiam a emancipação judaica nos países de residência, e não a emigração.

Outro aspecto central foi o caráter transnacional do movimento sionista. Os Congressos Sionistas reuniam representantes da Europa, América e Oriente Médio, articulando financiamento e apoio político. Nos Estados



Unidos, comunidades judaicas com influência econômica tiveram papel fundamental na sustentação de escolas, fazendas coletivas e projetos de colonização na Palestina. Na América Latina, jornais comunitários e associações judaicas mobilizaram fundos e debates em prol do projeto sionista, destacando o engajamento da diáspora como elemento decisivo para a consolidação do movimento.

O contexto internacional do entreguerras e da Segunda Guerra Mundial intensificou esses processos. O avanço do nazismo, a perseguição aos judeus e, sobretudo, o Holocausto, ampliaram a legitimidade do sionismo aos olhos da comunidade internacional. A ONU, em 1947, aprovou a Resolução 181, que previa a partilha da Palestina em dois Estados, decisão que encontrou forte oposição da Liga Árabe. Esse episódio revelou o peso do lobby sionista e das disputas entre EUA e URSS no contexto inicial da Guerra Fria, destacando como a criação de Israel se deu também no tabuleiro da política internacional.

Do ponto de vista historiográfico, o estudo evidencia as tensões entre narrativas nacionalistas israelenses e as interpretações críticas dos chamados “novos historiadores”, como Ilan Pappé, que caracterizam a fundação de Israel como um processo de colonização de povoamento marcado pela lógica da exclusão. Enquanto historiadores tradicionais ressaltam a dimensão emancipatória do sionismo, abordagens críticas enfatizam práticas de limpeza étnica e deslocamento da população palestina. Essa disputa historiográfica mostra que a história do sionismo permanece viva e politicamente complexo.

CONCLUSÕES

Conclui-se que a criação do Estado de Israel resultou de uma complexa interação entre idealismo sionista, pragmatismo político e apoio internacional, sobretudo britânico. O movimento articulou redes transnacionais de financiamento, mobilização cultural e diplomacia, mas também enfrentou resistências árabes e judaicas internas.

O estudo evidencia que a história do sionismo não pode ser reduzida a uma narrativa linear de emancipação, mas deve ser entendida em suas múltiplas contradições, inserida em disputas coloniais, nacionais e identitárias. Assim, a pesquisa contribui para o debate historiográfico ao destacar o caráter plural e conflitivo do projeto sionista e suas implicações para a geopolítica do Oriente Médio.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo fomento da bolsa para realização da presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BARTEL, José. O nacionalismo judaico no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- CLEMESHA, Arlene. Judaísmo e marxismo: história de uma relação difícil São Paulo: Boitempo, 2025.
- GOMES, Aura Rejane. A fundação de Israel e a política internacional. Fortaleza: UFC, 2001.
- HOBBSAWM, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- PAPPE, Ilan. A limpeza étnica da Palestina. São Paulo: Boitempo, 2016.
- PINSKY, Jaime. História dos judeus no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.
- SAID, Edward. A questão da Palestina. São Paulo: Companhia das Letras, 20

